



COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF N.º 33.950.196/0001-98 - NIRE 353.000.437-31

**ATA DA 366ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2006**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de novembro de 2006, às 14:00 (quatorze horas), na sede social da **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ** ("CPFL Paulista" ou "Companhia"), situada na Rodovia Campinas Mogi – Mirim, Km 2,5, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, com a presença da Diretoria Executiva e do Sr. Enéias de Assis Rosa Ferreira, membro do Conselho Fiscal. Dando início à reunião, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Wilson P. Ferreira Junior, convidou a mim, Sergio de Britto Pereira Figueira, para secretariar a reunião. A seguir, submeteu aos presentes as matérias da Ordem do Dia, já do conhecimento prévio de todos, sendo tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: I) **aprovaram**, na forma da §2º do Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, e nos termos da Resolução de Diretoria nº 2006134, a declaração de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") complementares, no valor bruto de R\$ 52.230.000,00 (cinquenta e dois milhões e duzentos e trinta mil reais) e valor líquido de R\$ 44.395.500,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e noventa e cinco mil e quinhentos reais), a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2006, sendo que o registro contábil correspondente ocorrerá em 30 de novembro de 2006 e o pagamento será efetuado no decorrer do exercício de 2007, em data a ser definida pela Diretoria Executiva, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia; e II) **aprovaram**, na forma do Parágrafo único do Art. 7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos da Resolução de Diretoria nº 2006135, a 3ª emissão de debêntures, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações da Companhia (a "3ª Emissão" e as "Debêntures"), que terão as seguintes características e condições: (a) **Valor Total da Emissão**: o valor total da emissão será de R\$ 640.000.000,00 (seiscentos e quarenta milhões de reais); (b) **Número de Séries**: a emissão será realizada em série única; (c) **Quantidade de Títulos**: serão emitidas 64.000 (sessenta e quatro mil) Debêntures; (d) **Quantidade Adicional e Lote Suplementar**: a Companhia poderá elevar o montante da Emissão em até 20% (vinte por cento) conforme disposto no §2º, artigo 14, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400"). Adicionalmente, será facultada às instituições intermediárias responsáveis pela Emissão, a distribuição de lote suplementar de Debêntures, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, de até 15% (quinze por cento) do valor total da Emissão; (e) **Data de Emissão**: a data de emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2006 ("Data de Emissão"); (f) **Valor Nominal Unitário**: as Debêntures terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); (g) **Conversibilidade**: as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; (h) **Forma**: as Debêntures serão nominativas e escriturais; (i) **Espécie**: as Debêntures serão da espécie subordinada; (j) **Constituição de Garantia Fidejussória**: as Debêntures serão garantidas por fiança da CPFL Energia S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93, que se obrigará como fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Companhia representada pelas Debêntures; (k) **Prazo e Vencimento**: as Debêntures terão prazo de 7 (sete) anos; (l) **Amortização**: O Valor Nominal Unitário será pago em três parcelas de igual valor, que serão pagas em 1º de dezembro de 2011, 1º de dezembro de 2012 e 1º de dezembro de 2013; (m) **Resgate**: não haverá resgate antecipado das Debêntures nos termos do artigo 55 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por



COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF N.º 33.050.196/0001-98 - NIRE 353.000.437-31

Ações"); (n) **Remuneração**: as Debêntures farão jus a remuneração que será definida em procedimento de bookbuilding, observada a taxa máxima de 104,4% (cento e quatro inteiros e quatro décimos por cento) de acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Remuneração"); (o) **Pagamento da Remuneração**: os valores relativos à Remuneração das Debêntures serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão; (p) **Prazo e Forma de Integralização**: as Debêntures serão integralizadas à vista no ato da subscrição em moeda corrente nacional, podendo, ainda, caso venha a ser previsto expressamente na escritura de emissão, ser integralizada por meio da entrega à Emissora das Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia. Para fins de integralização de Debêntures mediante a entrega das Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão, será considerado o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão acrescido da remuneração, conforme definido na Escritura de Emissão da 1ª Emissão da Companhia, até a data da efetiva integralização das Debêntures; (q) **Preço de Subscrição**: as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata tempore desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização; (r) **Colocação**: as Debêntures serão registradas (i) para colocação no mercado primário, no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), operacionalizado pela CETIP e/ou no Sistema de Negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"); e (ii) para negociação no mercado secundário, no Sistema Nacional de Debêntures ("SND") operacionalizado pela CETIP e/ou no BOVESPA FIX, administrado pela BOVESPA, com os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC; (s) **Vencimento Antecipado das Debêntures**: serão considerados eventos de vencimento antecipado das Debêntures quaisquer das seguintes hipóteses: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou a CPFL Energia, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Companhia que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) for/forem cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo; (ii) pedido por parte da Companhia e/ou da CPFL Energia de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Companhia e/ou a CPFL Energia ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Companhia e/ou a CPFL Energia formular pedido de autofalência; (iii) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Companhia e/ou da CPFL Energia; (iv) não pagamento, pela Companhia, das obrigações pecuniárias devidas aos detentores das Debêntures, nas datas previstas, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento original; (v) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista, referente às Debêntures da 3ª Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Companhia, de aviso escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário dos detentores das Debêntures; (vi) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica de que a Companhia é titular nos termos do Contrato de Concessão n.º 014/1997, celebrado pela Companhia e pela União Federal em 20 de novembro de 1997; (vii) realização de redução de capital social da Companhia e/ou da CPFL Energia após a data do registro da 3ª



COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF N.º 33.050.196/0001-38 - NIRE 353.000.437-31

Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento das Debêntures: (viii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se (a) após a conclusão da referida operação ao menos duas das seguintes acionistas, Votorantim Energia S.A., Camargo Corrêa Energia S.A. e Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ ("Acionistas") mantenham, direta ou indiretamente, individualmente, ou em conjunto, nos termos definidos pelo Acordo de Acionistas da CPFL Energia, em vigor nesta data, a maioria das Ações Vinculadas ao Bloco de Controle; ou (b) tais operações forem previamente aprovadas pelos detentores das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim; (ix) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a CPFL Energia, exceto se (a) após a conclusão da referida operação ao menos duas das Acionistas mantenham, direta ou indiretamente, individualmente, ou em conjunto, nos termos definidos pelo Acordo de Acionistas da CPFL Energia, em vigor nesta data, a maioria das Ações Vinculadas ao Bloco de Controle; ou (b) tais operações forem previamente aprovadas pelos detentores das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim; (x) alteração do atual controle da Emissora sem prévia aprovação dos detentores das Debêntures reunidos em Assembleia especialmente convocada para esse fim, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos duas das Acionistas individualmente, ou em conjunto, mantenham, nos termos definidos pelo Acordo de Acionistas da CPFL Energia, em vigor nesta data, a maioria das Ações Vinculadas ao Bloco de Controle; (xi) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias nos termos da escritura de emissão das Debêntures; (xii) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela CPFL Energia, caso a CPFL Energia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias nos termos da escritura de emissão das Debêntures; (xiii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e/ou da CPFL Energia e não devidamente elidido pela Companhia e/ou pela CPFL Energia no prazo de 30 (trinta) dias corridos; (xiv) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou da CPFL Energia, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ressalvada a hipótese da Companhia e/ou da CPFL Energia, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado; (xv) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia e/ou a CPFL Energia, em valor agregado igual ou superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento; (xvi) não observância, pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão calculados pelo agente fiduciário dos detentores das Debêntures, com base nas informações financeiras dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures: (a) relação entre dívida líquida e EBITDA da Companhia menor ou igual a 3,00 (três) vezes; e (b) relação entre EBITDA e resultado financeiro da Companhia maior ou igual a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes e (xvii) transformação da Companhia em sociedade limitada. Fica estabelecido que não serão considerados eventos de vencimento antecipado das Debêntures as seguintes



COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CNPJ/MF N.º 33.050.196/0001-88 - NIRE 353.000.437-31

hipóteses: (i) qualquer operação de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou a CPFL Energia que tenha como fim específico o processo de desverticalização, nos termos da Lei n.º 10.248, de 15 de março de 2004, conforme posteriormente alterada ("Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico") e (ii) qualquer operação de redução de capital envolvendo a Companhia e/ou a CPFL Energia que tenha como fim específico o processo de desverticalização, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As referências a "controle" encontradas nas hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas acima, deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e (t) **Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia:** fica a Diretoria da Companhia autorizada a (i) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, (ii) contratar o agente fiduciário, o banco mandatário e escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, entre outros e (iii) celebrar a escritura de emissão das Debêntures e o contrato de distribuição pública das Debêntures, bem como praticar todos os atos necessários à realização da Emissão. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e aprovada pelo membro do Conselho Fiscal presente, e ainda, assinada pelos membros do Conselho de Administração, e pelo Secretário. Wilson P. Ferreira Junior, Daniela Corci Cardoso, Paulo Edgar Trapp, Martin Roberto Glogowsky, Edemir Pinheiro de Góes e Sergio de Britto Pereira Figueira.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.

Campinas, 29 de novembro de 2006.


Sergio de Britto Pereira Figueira
Secretário

